

**A. I. N°** - 269094.0310/09-5  
**AUTUADO** - INTELDOCES AGROINDÚSTRIA LTDA.  
**AUTUANTE** - EMÍLIO ALVES DE SOUZA FILHO  
**ORIGEM** - INF AZ BRUMADO  
**INTERNET** - 18.08.10

#### 4ª JUNTA DE JULGAMENTO FISCAL

#### ACORDÃO JJF N° 0225-04/10

**EMENTA:** ICMS. 1. SIMBAHIA. a) MICROEMPRESA. RECOLHIMENTO A MENOS DO ICMS. Infração não impugnada. b) EMPRESA DE PEQUENO PORTE. RECOLHIMENTO A MENOS DO ICMS. Restou comprovado que na apuração do imposto não foi considerado o benefício fiscal relativo a empregados contratados. Refeitos os cálculos o que implicou na redução do débito. Infração elidida em parte. 2. DME. OMISSÃO DE DADOS. MULTA. Omissão de dados nas informações econômico-fiscais apresentadas através de DME. Infração não defendida. Auto de Infração **PROCEDENTE EM PARTE**. Decisão unânime.

#### RELATÓRIO

O Auto de Infração, lavrado em 28/12/09, exige ICMS no valor de R\$4.193,16, acrescido da multa de 50%, além de aplicação de multa por descumprimento de obrigação acessória no valor de R\$1.559,23 em razão das seguintes irregularidades:

1. Recolheu a menos o ICMS na condição de Microempresa (ME) enquadrada no Regime Simplificado de Apuração do ICMS (SIMBAHIA) relativo aos meses de dezembro/06, janeiro e fevereiro/07 - R\$290,00.
2. Recolheu a menos o ICMS na condição de Empresa de Pequeno Porte (EPP) enquadrada no Regime Simplificado de Apuração do ICMS (SIMBAHIA) relativo ao período de março a junho/07 - R\$3.903,16.
3. Omitiu entrada de mercadorias no estabelecimento, nas informações econômico-fiscais apresentadas através de DME, conforme demonstrativos juntados ao processo, tendo sido aplicada multa - R\$1.559,23.

O autuado, em sua impugnação às fls. 54 e 55, transcreve a infração 2 e diz que o autuante lavrou o Auto de Infração aplicando alíquota de 2,5% sobre o faturamento mensal, mas que o mesmo se equivocou por não ter observado que deveria compensar o valor do benefício fiscal do SIMBAHIA relativo a contratação de empregados nos termos do art. 388-A do RICMS/BA.

Afirma que no período fiscalizado empregava de 1 a 5 funcionários podendo usufruir do desconto de 1% por cada empregado e a partir do quinto teria direito a 2% por cada empregado adicional, não podendo exceder a 25% do valor do imposto devido.

Diz que junta os dados do CAGED no período de março a junho de 2007 confirmando a quantidade de funcionários e utilizando o disposto acima, o valor devido na infração é de R\$3.036,59 conforme planilha acostada à fl. 58. Requer a procedência parcial desta infração.

O autuante, em sua informação fiscal, às fls. 63/64 acata as alegações da defesa e diz que refez o demonstrativo de débito o que resulta em redução de R\$866,57 na infração 2, relativo ao benefício fiscal o pela geração de emprego, reduzindo valor original exigido de R\$3.903,16 para R\$3.036,59. Requer a procedência parcial da autuação totalizando R\$4.885,82.

A Secretaria do CONSEF juntou às fls. 68 e 69 detalhe do pagamento de parte do débito.

## VOTO

O Auto de Infração exige ICMS relativo ao recolhimento a menos do imposto na condição de ME e EPP além da aplicação de multa por omitir entrada de mercadorias no estabelecimento.

Na defesa apresentada o autuado não contestou as infrações 1 e 3, tendo inclusive requisitado o seu parcelamento. Portanto, estas infrações devem ser mantidas na sua integralidade.

Quanto à infração 2, alegou na sua defesa que não foi considerado o benefício fiscal previsto no SIMBAHIA relativo a contratação de empregados nos termos do art. 388-A do RICMS/BA.

Verifico que conforme documentos juntados com a defesa (fls. 56 e 57) no mês de abril o estabelecimento empregava 12 funcionários, e no mês de junho 11, fazendo jus ao desconto de 1% por cada empregado e a partir do quinto, 2% por cada empregado adicional, nos termos do art. 388-A do RICMS/BA.

Dessa forma, acato o demonstrativo refeito pelo autuante à fl. 65 e considero devido o valor de R\$3.036,59 na infração 2.

Diante do exposto, voto pela PROCEDÊNCIA PARCIAL do Auto de Infração.

## RESOLUÇÃO

ACORDAM os membros da 4ª Junta de Julgamento Fiscal do Conselho de Fazenda Estadual, por unanimidade, julgar **PROCEDENTE EM PARTE** o Auto de Infração n.º 269094.0310/09-5, lavrado contra **INTELDOCES AGROINDÚSTRIA LTDA.**, devendo ser intimado o autuado para efetuar o pagamento do imposto no valor de **R\$3.326,59**, acrescido da multa de 50%, prevista no art. 42, I, “b” ITEM 3 da Lei n.º 7.014/96, e dos acréscimos legais, além da multa por descumprimento de obrigação acessória no valor de **R\$1.559,23**, prevista no art. 42, XII-A da citada Lei e dos acréscimos moratórios de acordo com o previsto pela Lei n.º 9.837/05.

Sala das Sessões do CONSEF, 05 de agosto de 2010.

EDUARDO RAMOS DE SANTANA – PRESIDENTE/RELATOR

FRANCISCO ATANASIO DE SANTANA – JULGADOR

PAULO DANILO REIS LOPES - JULGADOR